

PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

(Do Sr. ALAN RICK)

Altera a Lei nº7.102, de 20 de junho de 1983 e a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre o porte de arma dos vigilantes e da utilização de arma de fogo de uso restrito com calibre não superior a 7,62mm por vigilantes de empresa de segurança privada quando em serviço.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, e a Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre o porte de arma dos vigilantes e da utilização de arma de fogo de uso restrito com calibre não superior a 7,62mm por vigilantes de empresa de segurança privada quando em serviço

Art. 2º A Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19
.....
II – porte de arma, desde que cumpridos todos os requisitos em regulamento desta Lei;
.....

Art. 22 - Será permitido ao vigilante, quando em serviço, portar, na forma do regulamento:

I - arma de fogo, de cano longo e curto, de uso permitido e respectivos acessórios e munições;

* C D 2 2 5 3 5 2 9 2 7 0 *



II – arma de fogo, de cano longo, de uso restrito, com calibre não superior ao 7,62mm, e respectivos acessórios e munições; e

III - equipamentos de proteção balística contra armas de fogo de uso restrito, na forma de coletes, escudos, capacetes e similares.

Art. 3º A Lei n.º 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm define crimes e dá outras providências passa a vigorar com as seguinte alterações:

“Art.6º.....
.....

XII - Os vigilantes das empresas de segurança privada e de transporte de valores;
.....

§ 2º A autorização para o porte de arma de fogo aos integrantes das instituições descritas nos incisos V, VI, VII, X e XII do caput deste artigo está condicionada à comprovação do requisito a que se refere o inciso III do caput do art. 4º desta Lei nas condições estabelecidas no regulamento desta Lei.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os vigilantes de segurança privada possuem as importantíssimas funções de: Vigiar e proteger pessoas e bens em locais de acesso vedado e condicionado ao público, assim como prevenir a prática de crimes; Efetuar o transporte, o tratamento e a distribuição de valores e controlar



a entrada. Saída e presença de pessoas nos locais de acesso vedado, dentre outras inúmeras funções.

Ocorre que o armamento permitido para porte desses profissionais é muito inferior ao armamento atualmente usado por criminosos, o que acaba por colocar os vigilantes em situação de risco, além de dificultar a realização de seu trabalho.

Os armamentos hoje autorizados são definidos de acordo com o tipo de proteção oferecidos pelas empresas de segurança privada:

- As empresas de vigilância patrimonial poderão dotar seus vigilantes, quando em efetivo serviço, de revólver calibre 32 ou 38, cassetete de madeira ou de borracha, e algemas
- As empresas de transporte de valores e as que exercerem a atividade de escolta armada poderão dotar seus vigilantes de carabina de repetição calibre 38, espingardas de uso permitido nos calibres 12, 16 ou 20, e pistolas semi-automáticas calibre .380 e 7,65 mm, além dos instrumentos previstos para as empresas de vigilância patrimonial.
- As empresas que exercerem a atividade de segurança pessoal poderão dotar seus vigilantes de pistolas semi-automáticas calibre .380 e 7,65 mm, além dos instrumentos previstos para as empresas de vigilância patrimonial.

O objetivo do presente projeto de lei, é o de garantir aos vigilantes o poder de fogo necessário para poder exercer de forma efetiva sua profissão além de terem maior segurança quanto a sua integridade física.

Para isso, também necessário que seja concedido o porte de arma integral ao vigilante, que muitas vezes se encontra em perigo nos trajetos de ida e de retorno ao trabalho e até mesmo em sua casa em razão de sua profissão.

Pelas razões expostas, solicito aos nobres pares o apoio para a aprovação do presente projeto de lei.



Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado ALAN RICK

2021.16188 – armas Seg. privada

